

Sumário

Capítulo I – Noções Gerais da Ação de Dissolução Parcial de Sociedades	13
1.1. Introdução.....	13
1.2. Direito Estrangeiro.....	17
1.2.1. Considerações iniciais.....	17
1.2.2. Direito norte-americano.....	18
1.2.3. Direito do Reino Unido.....	25
1.2.4. Direito alemão.....	26
1.2.5. Direito suíço.....	28
1.2.6. Direito francês.....	28
1.2.7. Direito espanhol.....	29
1.2.8. Direito italiano.....	30
1.2.9. Direito português.....	35
1.2.10. Direito argentino.....	39
1.3. Direito brasileiro.....	40
1.4. Conceito.....	48
1.5. Natureza jurídica.....	49
Capítulo II – Pressupostos Processuais da Ação de Dissolução Parcial de Sociedade	56
2.1. Noções gerais.....	56
2.2. Jurisdição.....	58
2.3. Competência.....	61
2.3.1. Considerações iniciais.....	61
2.3.2. Competência internacional.....	61
2.3.3. Competência interna.....	62
2.3.4. Modificação de competência.....	64
2.3.5. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	77
2.4. Imparcialidade.....	78
2.5. Personalidade processual (capacidade de ser parte).....	78
2.6. Capacidade processual (<i>legitimatio ad processum</i>).....	79
2.7. Legitimidade postulatória (capacidade postulatória).....	81
2.8. Petição inicial.....	82
2.8.1. Definição e natureza jurídica.....	82



2.8.2.	Efeitos da petição inicial	82
2.8.3.	Requisitos da petição inicial.....	82
2.8.3.1.	Considerações iniciais.....	82
2.8.3.2.	Requisitos formais.....	83
2.8.3.3.	Requisitos estruturais	83
2.8.3.4.	Requisitos extrínsecos (ou adicionais).....	86
2.9.	Citação.....	90
2.9.1.	Definição e natureza jurídica	90
2.9.2.	Modalidades de citação	92
2.9.3.	Citação na ação de dissolução parcial de sociedade	92
2.10.	Perempção	102
2.11.	Litispendência	102
2.12.	Coisa julgada.....	103
2.13.	Convenção de arbitragem	107

Capítulo III – Condições da Ação de Dissolução Parcial de Sociedade

3.1.	Noções gerais.....	117
3.1.1.	Considerações iniciais.....	117
3.1.2.	Prescrição da pretensão de dissolução societária parcial	118
3.1.3.	<i>Quorum</i> deliberativo na dissolução societária parcial.....	123
3.1.4.	Notificação premonitória.....	124
3.2.	Interesse processual de agir.....	126
3.3.	Possibilidade jurídica do pedido	130
3.4.	Legitimidade para agir (<i>legitimatio ad causam</i>)	140
3.4.1.	Noções gerais.....	140
3.4.2.	Legitimidade ordinária ativa.....	142
3.4.3.	Legitimidade passiva ordinária.....	156
3.4.4.	Legitimidade extraordinária <i>ad causam</i>	164
3.4.5.	Intervenção de terceiros.....	165
3.4.6.	Sujeitos especiais	166
3.4.7.	Qualidade de sociedade empresária personificada.....	168

Capítulo IV – Questões Substanciais da Ação de Dissolução Parcial de Sociedade

4.1.	Noções gerais.....	171
4.2.	Partes	172
4.3.	Causa de pedir (<i>causa petendi</i>).....	173
4.3.1.	Noções gerais.....	173

4.3.2.	Causas da dissolução societária parcial (resolução da sociedade em relação a sócio)	174
4.3.2.1.	Noções gerais	174
4.3.2.2.	Vontade dos sócios	182
4.3.2.3.	Exercício de direito de retirada	183
4.3.2.4.	Expulsão ou exclusão de sócio	193
4.3.2.5.	Morte de sócio	205
4.3.2.6.	Falência ou insolvência civil de sócio	211
4.3.2.7.	Liquidação da quota a pedido de credor do sócio	211
4.4.	Pedido (<i>petitum</i>)	216

Capítulo V – Tutela Jurisdicional Diferenciada **219**

5.1.	Noções gerais	219
5.1.1.	Tutela jurisdicional	219
5.1.2.	Tutela jurisdicional diferenciada	220
5.1.3.	Tutela jurisdicional diferenciada na ação de dissolução parcial de sociedade	222
5.1.3.1.	Consideração inicial	222
5.1.3.2.	Afastamento temporário de sócio	228
5.1.3.3.	Afastamento da administração	230
5.1.3.4.	Suspensão do direito de voto de sócio	232
5.1.3.5.	Antecipação de pagamento de reembolso	234
5.1.3.6.	Suspensão de convocação de conclave	237
5.1.3.7.	Convocação urgente de conclave	239
5.1.3.8.	Suspensão de deliberação social	239
5.1.3.9.	Exibição de livros e documentos	241
5.1.3.10.	Produção antecipada de provas	243
5.1.3.11.	Arrolamento de bens da sociedade	246
5.1.3.12.	Caucão	248
5.1.3.13.	Busca e apreensão	250
5.1.3.14.	Arresto	252
5.1.3.15.	Sequestro	255
5.1.3.16.	Prestação de contas	256
5.2.	Recurso	258

Capítulo VI – Processamento da Ação de Dissolução Parcial de Sociedade **259**

6.1.	Noções gerais	259
6.1.1.	Considerações iniciais	259



6.1.2.	Fase postulatória	260
6.1.2.1.	Petição inicial	260
6.1.2.2.	Exame prévio	262
6.1.2.3.	Estabilização da ação (citação)	262
6.1.2.4.	Resposta	262
	6.1.2.4.1. Considerações iniciais	262
	6.1.2.4.2. Contestação	263
	6.1.2.4.3. Reconvenção	264
	6.1.2.4.4. Exceções	268
6.1.2.5.	Providências preliminares	270
6.1.2.6.	Julgamento conforme o estado do processo	270
6.1.3.	Fase probatória	271
6.1.4.	Fase decisória	272

Capítulo VII – Sentença e Recursos na Ação de Dissolução Parcial de Sociedade

		274
7.1.	Sentença na ação da dissolução parcial de sociedade	274
7.1.1.	Consideração inicial	274
7.1.2.	Eficácia	275
	7.1.2.1. Efeito preponderante (condenatório)	275
	7.1.2.2. Efeito imediato (declaratório)	276
	7.1.2.3. Efeito imediato (constitutivo-modificativo)	277
7.1.3.	Responsabilidade do sócio	278
7.1.4.	Patrimônio social	280
7.1.5.	Sucumbência	280
7.1.6.	Recurso	281
7.2.	Recursos na ação da dissolução parcial de sociedade	281
7.2.1.	Considerações iniciais	281
7.2.2.	Efeitos dos recursos	282
7.2.3.	Legitimidade recursal	282
7.2.4.	Recursos na ação de dissolução parcial de sociedade	283

Capítulo VIII – Apuração de Haveres – Liquidação de Sentença

8.1.	Noções gerais	284
8.2.	Conceito	289
8.3.	Natureza jurídica	290
8.4.	Procedimento de apuração de haveres	297
	8.4.1. Noções gerais	297
	8.4.2. Modalidades de apuração de haveres	299
	8.4.3. Liquidação por arbitramento	300

8.4.4.	Liquidação por artigos.....	303
8.4.5.	Regras comuns.....	305
8.5.	Cr�terio para apurac�o de haveres.....	308
8.6.	Marco temporal da apurac�o de haveres.....	316
8.7.	Elementos a serem apurados na liquida�o.....	322
8.8.	Apurac�o frustrada e negativa.....	331
8.9.	Pretens�o aut�noma de apurac�o de haveres.....	332
Cap�tulo IX – Cumprimento de Senten�a.....		336
9.1.	No�es gerais.....	336
9.2.	Compet�ncia.....	340
9.3.	T�tulos executivos judiciais.....	343
9.3.1.	Considera�es iniciais.....	343
9.3.2.	Decis�o ou senten�a liminar.....	344
9.3.3.	Senten�a que reconhece obriga�o.....	347
9.3.4.	Senten�a arbitral.....	349
9.3.5.	Acordo extrajudicial.....	351
9.3.6.	Formal e certid�o de partilha.....	351
9.4.	Execu�o provis�ria e definitiva.....	352
9.4.1.	Considera�es iniciais.....	352
9.4.2.	Regras da execu�o provis�ria.....	353
9.4.3.	Requerimento de execu�o provis�ria.....	354
9.5.	Requerimento de execu�o de senten�a.....	355
9.5.1.	Iniciativa do credor.....	355
9.5.2.	Demonstrativo de c�culo.....	356
9.5.3.	Indica�o pelo credor de bens a penhorar.....	358
9.6.	Cumprimento da senten�a.....	358
9.6.1.	Considera�es iniciais.....	358
9.6.2.	Termo inicial para pagamento.....	360
9.6.3.	Intima�o do devedor.....	372
9.6.4.	Natureza jur�dica da multa do art. 475-J do CPC.....	380
9.7.	Mandado de penhora e avalia�o.....	381
9.8.	Impugna�o.....	382
9.8.1.	Considera�o inicial.....	382
9.8.2.	Natureza jur�dica.....	383
9.8.3.	Prazo para impugna�o.....	384
9.8.4.	Efeito da impugna�o.....	391
9.8.5.	Mat�rias argu�veis em impugna�o.....	394
9.8.5.1.	Considera�o inicial.....	394



9.8.5.2.	Falta ou nulidade da citação	395
9.8.5.3.	Inexigibilidade do título	397
9.8.5.4.	Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	398
9.8.5.5.	Ilegitimidade das partes.....	399
9.8.5.6.	Excesso de execução	400
9.8.5.7.	Qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação	402
9.8.6.	Oportunidade de arguição em impugnação (preclusão <i>pro judicato</i>).....	402
9.9.	Manifestação do credor	403
9.10.	Decisão na impugnação (julgamento)	403
9.11.	Recurso da decisão na impugnação.....	404
9.12.	Honorários advocatícios.....	408
9.13.	Custas	419
9.14.	Forma de pagamento	421
9.15.	Execução	425
9.16.	Direito intertemporal	426
	<i>Bibliografia</i>	431